

Reprodução biológica e reprodução social: Comportamentos diferenciais oitocentistas nas Lajes do Pico¹

María Norberta Amorim

Revista de Demografia Histórica, XXII, I, 2004, segunda época, pp. 43-76

Resumo

Uma base de dados centrada no indivíduo, com ligações genealógicas a ascendentes e descendentes, constitui um importante instrumento de trabalho para o estudo da reprodução biológica ou social. A vila açoriana das Lajes do Pico, com poucas manchas de terreno fértil e atracção pelo mar, foi reconstituída entre o século XVIII e o XX pela nossa metodologia de reconstituição de paróquias. Num quadro reprodutivo clássico, a análise demográfica evidenciou uma mortalidade particularmente suave e importantes surtos emigratórios. O cruzamento de fontes permitiu análises diferenciais, encontrando-se alguma heterogeneidade de comportamentos. Relativamente aos trabalhadores rurais, os marítimos fixaram mais na comunidade os seus netos, afirmando-se demograficamente ao longo do século XIX. Os pequenos proprietários desenvolveram estratégias para uma reprodução social no mesmo nível, pelos casamentos tardios no mesmo grupo, pelo celibato e pela emigração, mas o equilíbrio social num sistema de herança igualitária tornava-se precário. Os grandes proprietários urbanos casavam entre si ou procuravam no exterior as alianças que lhes faltavam no meio.

Palavras-Chave: Reconstituição de paróquias, cruzamento de fontes, reprodução biológica, reprodução social.

Résumé

Une base de données centrée dans l'individu, avec des liaisons généalogiques aux ascendants et descendants, constitue un important instrument de travail pour l'étude de la reproduction biologique ou sociale. Lajes do Pico, en Azores, avec des petits morceaux de terre fertile et de l'attraction pour la mer, a été reconstituée, entre le XVIII et le XX siècle, par notre méthodologie de reconstitution de paroisses. Dans un cadre reproductif classique, l'analyse

1 Maria Norberta Amorim, NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho), namorim@neps.ics.uminho.pt.

démographique a montré une mortalité particulièrement suave et d'importants mouvements migratoires. Le croisement des sources a permis d'analyses différenciées, se retrouvant quelque diversité aux comportements. Relativement aux travailleurs ruraux, les maritimes ont fixés plus leurs grand fils, s'affirmant démographiquement tout au long du XIX siècle. Les petits propriétaires ont développé des stratégies pour une reproduction sociale au même niveau, en utilisant les mariages tardés dans le même groupe, le célibat e l'émigration, mais l'équilibre social, dans un système de héritage égalitaire, est devenu précaire. Les grands propriétaires urbains se mariaient entre eux ou cherchaient, dans l'extérieur, les alliances qui leur manquaient dans le milieu.

Mots-clé: Reconstitution de paroisses, croisement des sources, reproduction biologique, reproduction sociale.

Abstract

A database centred in the individual, with genealogical connexions to ascendants and descendants, is an important instrument of work to the study of biological and social reproduction. The Azorean community of Lajes do Pico, with small pieces of fertile land and strong attraction for the sea, has been reconstituted, between the XVIII and the XX century, by our methodology «Reconstituição de Paróquias» (Parishes Reconstitution). In a classic reproductive system, the demographic analyses have showed a particular soft mortality and important emigration movements. The linkage of sources allowed different analyses, finding some heterogeneity of behaviours. Regarding the land workers, the sea workers have established more often their grand children, affirming in selves demographically along the XIX century. The little landlords developed strategies for social reproduction in the same level, by late marriages in the same group, celibate or emigration, but the social balance, in a system of equalitarian heritage, has become precarious. The great urban landlords married between in selves or searched, in the exterior, the alliances that were missing in the environment.

Key words: Reconstituição de Paróquias, linkage of sources, biological reproduction, social reproduction.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Posição de partida

A abordagem da reprodução das populações no tempo longo confronta-se com uma cadeia de interrogações:

Quais as variáveis determinantes na estabilidade ou no crescimento positivo ou negativo de uma população em período secular ou multissecular? O binómio fecundidade/mortalidade será por si explicativo, ou teremos de prestar atenção renovada a outros factores com influência directa ou indirecta nesse ritmo de crescimento? Comportando, cada comunidade, grupos sociais naturalmente heterogéneos, em que medida um (ou mais) desses grupos pode ser motor de mudança?

Dada a frequente escassez ou insegurança de fontes, os historiadores demógrafos apresentam avanços modestos no que toca ao estudo da interacção das variáveis demográficas, no sentido de uma explicação intrínseca do ritmo de crescimento das populações. Calculam-se idades médias ao primeiro casamento, taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, por vezes mortalidade infantil, mas as dificuldades no cálculo directo da esperança de vida nas diferentes idades e na determinação dos ritmos de mobilidade comprometem frequentemente a síntese desejada. Embora, em casos felizes, a compreensão do crescimento de uma determinada população através do jogo das variáveis demográficas possa estar ao alcance do analista, as explicações mais profundas não se encontram necessariamente na própria Demografia. À heterogeneidade social corresponderá uma heterogeneidade nos comportamentos demográficos? A dinâmica dos comportamentos diferenciais será capaz de justificar alterações no ritmo de crescimento das populações?

As respostas a esta cadeia de interrogações assentam necessariamente nas fontes e nos desenvolvimentos metodológicos. Só fontes históricas sistemáticas, sejam registos paroquiais, listas de habitantes, inventários, estatísticas, testamentos, ou outras, podem permitir tratamento adequado.

A Demografia Histórica na sua feição clássica encontra aqui um grande desafio. Trata-se de reconstituir famílias, de reconstituir

famílias em encadeamento genealógico, de centrar depois a atenção sobre cada indivíduo demograficamente identificado no seio familiar, de forma a poder referir-lhe as informações de ordem sociológica aportadas pelas fontes.

De facto, uma base de dados centrada no indivíduo, ligado por códigos genealógicos a ascendentes e descendentes, constitui um instrumento de trabalho de importância fundamental no estudo tanto da reprodução biológica como da reprodução social no tempo longo.

Dentro de um projecto que envolve a reconstituição das comunidades da Ilha açoriana do Pico, desde a existência de registos paroquiais ao tempo presente,² na freguesia da Santíssima Trindade, a freguesia mais antiga da ilha, sede do concelho das Lajes, encontramos fontes que nos dão possibilidade de tentar desenvolver uma análise micro-analítica do fenómeno de reprodução biológica ligado ao fenómeno da reprodução social ao longo do século XIX.

Nesta Introdução, iremos identificar as fontes, explicitando as metodologias aplicadas sobre as mesmas, passando depois a uma caracterização breve da freguesia, a que se seguirá a apresentação do esquema de trabalho a desenvolver, com justificação das opções tomadas.

1.2. Fontes e metodologias

1.2.1. Registos paroquiais

As fontes básicas utilizadas foram os livros de registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos que, para a freguesia em causa, comportam dificuldades várias. Os livros mais antigos perderam-se. Dispomos de um livro de baptizados iniciado em Janeiro de 1733, mas o livro seguinte, que cobriria o espaço entre 1750 e 1763, extraviou-se. Após 1763 e até ao tempo presente há continuidade de registos de baptizados, mas com algum sub-registo anterior à segunda metade do

² Projecto apoiado pela Direcção Regional da Cultura, inserido dentro de um Projecto mais amplo, subsidiado pela FCT, com o título «Espaços Urbanos e Rurais. Micro-análise de comportamentos demográficos, mobilidades geográfica e social e dinâmicas culturais (séculos XVI a XX)».

século XIX. No que respeita aos casamentos, contamos com informação a partir de 1739. Os primeiros registos de óbitos conhecidos iniciam-se em 1750, mas o registo da mortalidade dos menores de sete anos, embora cubra sistematicamente largos períodos, só se torna contínuo quando a lei civil o impõe, a partir de 1859.

Os registos foram tratados pela metodologia de reconstituição de paróquias (Amorim, 1991), utilizando-se recursos informáticos que foram evoluindo no tempo, usando-se hoje a aplicação desenvolvida no Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho por Fernanda Faria.

Dispomos assim, de partida, de uma base de dados encadeada genealógicamente, com todos os indivíduos para os quais se encontra registado o nascimento, o casamento, o óbito, ou simplesmente o nascimento de filho/s, indivíduos esses identificados por todos os atributos que o cruzamento da informação dos diferentes actos vitais permite conhecer.

1.2.2. Registos de passaportes

Para a ilha, só dispomos de registos de passaportes referentes a cada freguesia a partir de entrada o ano de 1859. Por esses registos sabemos o destino dos emigrantes, o seu nome, estado civil, profissão, cor do cabelo, altura, sinais particulares, habilitações literárias, mas a sua identificação nas bases de dados demográficas resta por vezes comprometida pela não referência às ligações familiares mais directas, nome dos pais ou nome dos cônjuges. Na generalidade dos registos paroquiais de baptismo apenas são referidos os nomes próprios dos baptizados, só se atribuindo apelidos quando os indivíduos saem isolados da comunidade, morrem em idade de independência, realizam o seu casamento, ou se afirmam socialmente através de uma actividade profissional. Em todos os casos do registo de passaporte é referido o nome completo do emigrante, mas os apelidos que se juntam ao nome próprio, mesmo sabendo que a idade apontada é uma idade exacta, podem não ser de molde a obter uma identificação na nossa base de dados demográfica. Sabendo-se das irregularidades na transmissão dos apelidos nas famílias portuguesas, só um moroso tratamento de outro tipo de fonte, os processos de passaportes, eventualmente ainda existentes, poderia

permitir uma identificação sistemática. No caso do sexo feminino as dificuldades são ainda maiores, dada a ausência muito frequente de qualquer apelido familiar, limitando-se o uso a sobrenomes, decorrentes ou não de nomes ou sobrenomes usados pelas gerações femininas precedentes.

No caso vertente desenvolvemos todas as tentativas no sentido de conseguir uma identificação dos indivíduos emigrados, desde 1859, data de início desse registo, a 1883, data que privilegiámos dentro das análises a desenvolver. Nesse sentido, listámos todos os indivíduos que teriam sido baptizados na comunidade com o nome próprio do emigrante e que teriam no momento dado a idade referida no passaporte. A detecção de apelidos comuns na geração dos pais e dos avós e o trajecto de vida conhecido ou desconhecido, caso a caso, permitiu que, dos 561 passaportes individuais e colectivos, num total de 635 emigrantes/indivíduos em trânsito, fossem identificados na base de dados paroquial 461 titulares de passaporte, com um sucesso de 82 em cem. Tenha-se ainda em conta que nem todos aqueles que obtiveram registos de passaportes referidos à freguesia eram dela originários ou na mesma haviam registado algum acto vital. O casamento realizado fora com pessoa da terra, o nascimento fora com raízes na terra, ou a residência por algum tempo na comunidade em estudo permitiriam a obtenção de um passaporte à mesma referido.

1.2.3. Mapa do «Estado da População» de 1836

A primeira lista de habitantes de que dispomos a cobrir os objectivos do nosso trabalho é um mapa do «Estado da População», referido ao ano de 1835, mas assinado no ano seguinte, modelo impresso, mandado elaborar pelo Governo Liberal para as freguesias do Distrito Administrativo de Angra.

O formulário do mapa contém vinte e seis colunas, a primeira para nomes e as dezasseis seguintes para a distribuição da população por sexo, estado e grupos etários (até um ano, de 1 a 5, de 5 a 10, de 10 a 20, de 20 a 30, de 30 a 40, de 40 a 50, de 50 a 60, de 60 a 70 e mais de 70). Depois, oito colunas foram destinadas à identificação dos chefes de família e ao seu posicionamento social, sendo considerados chefes de família não só o indivíduo mais cotado na hierarquia doméstica, mas todos os proprietários, mesmo que a co-residência seja evidente, como é o

caso de irmãos solteiros, ou mesmo, por vezes, marido e mulher. Os chefes de família foram distribuídos em duas colunas pelas categorias de proprietários e não proprietários, explicitando depois nas quatro colunas seguintes os que viviam unicamente das rendas das suas propriedades, os salarizados de qualquer maneira pelo Estado, excepto militar, os que viviam unicamente do seu trabalho mecânico ou indústria, os que reuniam no seu trabalho alguma outra renda ou ordenado. Seguem-se duas colunas para indicar os mendigos, classificados como mendigos fixos ou ambulantes. A última coluna, antes do espaço para observações, foi destinada às profissões, estas estendidas aos homens em idade de trabalho (a partir do grupo etário dos 10 aos 15 anos), sendo apenas referidas profissões a algumas mulheres.

Dos 822 fogos e 2951 indivíduos referidos nos somatórios finais do mapa, desconhecemos 6 fogos e 21 indivíduos por extravio de uma folha e, por ilegibilidade de uma outra, não conhecemos os nomes de uma família de cinco pessoas, sendo legíveis todas as outras informações sobre essas cinco pessoas. O cruzamento da informação do mapa com a base de dados demográfica levou-nos a aceitar o dia 1 de Janeiro de 1836 como data do inquérito, embora o mapa refira o ano de 1835 e tenha sido assinado pelo Vigário Serafino Cândido de Bettencourt no dia 25 do Março de 1836.

Dos 2925 indivíduos, dos quais conhecemos os nomes, foram identificados na base de dados demográfica 2694, com uma percentagem de sucesso de 92%. O insucesso mais frequente centra-se na zona urbana, mais atractiva para gente de fora e com maior número de criados, estes quase sempre referidos pelo nome próprio, sem apelidos.

Todas as informações sobre profissões de que ainda não dispúnhamos na nossa base de dados demográfica por não terem sido referidas nos registos paroquiais, assim como a situação de proprietário ou de pobre, foram passadas para a mesma, sendo ainda actualizadas datas de fim de observação para indivíduos migrantes, sem registo de óbito na freguesia, dos quais conhecíamos da data de nascimento ou casamento.

1.2.4. O rol de confessados de 1883

Dos róis de confessados que chegaram até nós, em respeito aos nossos objectivos de partida, escolhemos o que serviu na Quaresma de

1883, referido a 31 de Dezembro do ano anterior. Trata-se de um recenseamento paroquial organizado por fogos, com todos os residentes nomeados segundo uma hierarquia familiar explícita (mulher, filho/a, pai/mãe, sogro/a, irmão/irmã, sobrinho/a, criado/a, enjeitado/a, assistente...) distribuindo-se os fogos por sítios ou ruas, integrados esses sítios ou essas ruas nos cinco principais lugares da freguesia, a saber, Silveira, Almagreira, Ribeira do Meio, Vila (propriamente dita) e Terras.

Em cada fogo foi referido o respectivo chefe pelo nome e apelidos, o mesmo sucedendo à mulher e aos dependentes ascendentes, como sejam pais ou sogros. Aos filhos, sobrinhos, irmãos ou outros dependentes sem afirmação social não foram geralmente atribuídos apelidos. Para cada indivíduo adulto foram, em regra, indicados o estado e a profissão. As idades exactas de cada recenseado foram apontadas em quatro colunas, para distribuição, por sexos, segundo a situação de maiores ou menores de sete anos. As colunas finais indicam se cada um dos indivíduos referidos foi crismado e se recebeu os sacramentos preceituados na Quaresma, confissão e comunhão, no caso dos maiores de sete anos, apenas confissão, no caso dos menores.

Para as 3345 pessoas referidas no rol desenvolvemos a tentativa de identificação na nossa base de dados, tendo obtido cobertura em 89% dos casos.

A pirâmide de idades quinquenais que traçámos para 31 de Dezembro de 1882, usa todas as datas de nascimento conhecidas para o cálculo das idades nesse dia e aproveita a idade indicada pelo pároco nos casos em que aquela data se desconhece.

1.2.5. Mapa dos contribuintes da matriz predial da freguesia relativo ao ano de 1885

A última fonte que explorámos de forma sistemática foi um *Mapa organizado na conformidade do artigo 108º do regulamento de 25 de Agosto de 1881, contendo, por ordem alfabética, os nomes e moradas dos contribuintes inscritos na matriz predial desta freguesia (Santíssima Trindade das Lajes), e o rendimento colectável total dos prédios que cada um neles possui*. Num total de 1168 contribuintes, contabiliza 8.315\$915 réis de rendimento colectável, nem todo referido à freguesia. De facto, 1.115\$047 réis eram detidos por 143 indivíduos de fora, 99 residentes em outras freguesias do Pico, 17 residentes no

Faial ou Terceira, 17 emigrados no Brasil e 10 emigrados nos Estados Unidos da América.

Este mapa, embora datado de 2 de Março de 1885, corresponde a um levantamento da propriedade que se deve ter desenrolado nos dois ou três anos anteriores, razão pela qual escolhemos o rol de 1883 para cruzamento fácil com esta fonte.

Também neste caso foi desenvolvida a tentativa de cruzamento de todos os contribuintes residentes na freguesia com os chefes de família ou seus co-residentes constantes do rol de 1883, com as dificuldades inerentes à frequência de homónimos sem referência à idade. A indicação de residência caso a caso foi, no entanto, um importante recurso de identificação.

1.3. Breve caracterização da freguesia

O Vigário Serafino Cândido de Bettencourt no mapa do Estado da População da Freguesia da Santíssima Trindade, sede do concelho das Lajes do Pico, referente ao ano de 1835, observou o seguinte:

A Vila / propriamente falando / tem seu assento à beira mar e fica por assim dizer entre duas pequenas lagoas que formam portos seguros mesmo para pequenas embarcações de coberta. (...) O clima é algum tanto húmido e o terreno da freguesia é geralmente fragoso, mas produz não obstante todos os frutos em quantidade moderada sendo os que mais se cultivam: batatas, inhames, milho, algum trigo e vinho. Há nesta freguesia excelentes pastos, onde os moradores criam grande cópia de gado vacum e ovelhum; esta última espécie porém é pela maior parte apascentada nos baldios.

Podem-se dizer que os moradores se dividem em duas classes, a saber, trabalhadores / ou jornaleiros / e pescadores, pois que o número daqueles que vivem tão somente de suas rendas é mui diminuto. Cumpre porém notar que não há quase indivíduo algum na freguesia que deixe de possuir um pequeno pedaço de terreno seu próprio a que este junte algum outro de arrendamento. A classe dos pescadores é pouco industriosa, mas não assim a outra que é mui laboriosa e sofre um trabalho penoso visto que a aspereza e fragosidade de grande parte do terreno não admite arados e por isso é necessário fazer todo o trabalho a braços, cortando a terra com alviões.

As mulheres são mui robustas e fecundas para o que muito contribui a salubridade do ar e o seu sustento que consiste quase todo o ano em pão de milho, batatas, peixe e lacticínios (...).

O Vigário parece querer vincar a ideia de uma sociedade simplesmente dividida entre os que extraíam de uma terra fragosa

uma alimentação sadia e suficiente e aqueles outros, pouco industriais, que se iam embalando nos caprichos do mar.

Por sua vez o Governador do Distrito Administrativo da Horta, António José Vieira Santa Rita no seu *Relatório de 1867* apresenta a paróquia como uma das mais importantes da ilha do Pico pela sua população (3.215 habitantes em 1866) e riqueza. Encontra a sua principal produção nos cereais, principalmente o milho, que no ano de 1865 havia atingido os 340.000 litros, mas também algum trigo (6.818 litros), pouco vinho, algum feijão e favas, batata inglesa (cerca de 85 toneladas), inhames (15 toneladas). Uma das maiores riquezas da freguesia continuava a ser a criação de gado, com 446 cabeças de bovinos, 850 de ovinos (das quais de extrairiam cerca de 700 kgs de lã), 240 de caprinos e 1.200 de suínos. Não faz referência o Governador à importância económica da actividade piscatória, a apontar mais uma vez para a fraca afirmação social dos pescadores. Também nenhuma referência é feita aos ofícios mecânicos ou indústrias.

Nem todos os lugares da freguesia dispunham de recursos idênticos. Enquanto na Silveira a criação de gado e o cultivo de vinhas equilibraria a escassez dos terrenos de sementeira, na Almagreira as vinhas estavam ausentes, sobressaindo a criação de gado. Na Ribeira do Meio e na *Vila* concentravam-se os pescadores, mais desligados da posse da terra. O lugar onde a cultura dos cereais tinha maior expressão era nas Terras, com maiores extensões de terreno arável de grande produtividade, embora grande parte desses terrenos pertencessem a proprietários da Vila ou de outras freguesias.

1.4. Esquema do desenvolvimento do trabalho

Inventariadas as fontes e apresentadas as metodologias que sobre as mesmas aplicámos e caracterizada a freguesia, importa agora traçar um plano de trabalho que permita atingir o nosso objectivo de partida – a análise dos comportamentos diferenciais no que respeita à reprodução biológica e social ao longo de Oitocentos para as Lajes do Pico.

As opções tomadas foram as seguintes:

- Apresentação dos dois quadros sobre a textura social da freguesia permitidos pelo Estado da População de 1836 e pelo rol de confessados de 1883, cruzado este com o mapa da matriz

predial datado de 1885, apresentação seguida de uma tentativa de comparação desses dois momentos intervalados de meio século.

- Incidência na pirâmide de idades referente a 1 de Janeiro de 1883 como forma de auscultar (dada a deficiência dos registos de mortalidade infantil e a ausência de registos de passaportes anteriores a 1860) o reflexo da interação dos fenómenos demográficos ao longo das sete ou oito décadas precedentes. Observações mais sistemáticas relativas às freguesias contíguas permitirão traçar o perfil demográfico da zona, no período em análise.
- Análises comparativas diferenciais sobre o sucesso reprodutivo até aos netos de um grupo de casais escolhido. Seleccionámos, para o efeito, as famílias fecundas cujo casamento se realizou nos vinte anos que decorrem entre 1810 e 1829. A opção por esses marcos cronológicos tem a ver com a possibilidade de, na maior parte dos casos, podermos beneficiar da informação sobre a situação sócio/profissional de cada uma dessas famílias através do *Estado da População* de 1836, informação nem sempre presente nos registos paroquiais, e também com a possibilidade de acompanhar a reprodução social dessas mesmas famílias nas duas gerações seguintes, por cruzamento com o rol de confessados de 1883.
- Avaliação dos processos de reprodução social, analisando estatisticamente o comportamento dos marítimos e desenvolvendo uma aproximação ao comportamento dos proprietários através de estudos de caso.
- Reflexões possíveis decorrentes do desenvolvimento das análises.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Os quadros sociais em 1836 e em 1883

2.1.1. Situação em 1836

Usando as classificações do Estado da População de 1836 podemos distinguir, entre os chefes de família, os proprietários *que vivem*

*unicamente das rendas das suas propriedades, os que reúnem ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado e os que vivem exclusivamente do seu trabalho mecânico ou indústria, além dos salarizados de qualquer maneira pelo Estado, excepto militar, e dos mendigos fixos.*³

Usando as contagens do final da lista de residentes, calculamos que dos 822 chefes de família contabilizados na freguesia em 1835, apenas 13% seriam *não proprietários* (107 chefes de família).

Apurando a classificação, o mapa indica aqueles que viviam unicamente da renda das suas propriedades, 52 no total, encabeçando 6% das famílias, os que reuniam ao seu trabalho alguma renda ou ordenado, 662, com o peso de 81%, e aqueles que viviam exclusivamente do seu trabalho, 95, com um peso de 12%, recebendo classificação própria os 13 clérigos *salarizados do Estado* e os 10 mendigos, embora estes últimos tenham sido contabilizados na segunda e terceira categorias referidas.

Se distinguirmos as chefias masculinas e femininas no que respeita à posse de bens, apenas para os casos directamente observados (recordemos que falta uma folha do mapa correspondente a seis famílias cuja situação social se desconhece), e excluindo os clérigos, as diferenças encontram-se no cimo da escala. São em maior proporção os homens que chefiam agregados a viver exclusivamente de rendas -8%, contra apenas 3% de mulheres. Os agregados sem renda chefiados por homens ou mulheres ocupam os mesmos 12%.

O mapa do Estado da População em 1836 permite-nos ainda, como vimos, relacionar as diferentes profissões ou actividades dos cabeças de fogo do sexo masculino com os três níveis de relação propriedade/trabalho.

Como se verifica pelo quadro II, não considerando os clérigos, os advogados e os escrivães que recebiam salários, o grupo profissional mais desfavorecido em termos de relação com a propriedade era constituído pelos marítimos. Os marítimos a dispor de alguma renda eram 73%, enquanto a percentagem paralela de agricultores ou pastores ultrapassava os 90%. Embora em posição inferior à dos agricultores e pastores, os oficiais mecânicos tinham uma relação mais próxima com a propriedade do que os marítimos.

3 Não há referência a mendigos ambulantes.

QUADRO I

A posse de bens e a chefia dos agregados (situação em 1835)

Famílias que vivem	Chefia masculina		Chefia feminina		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Só de renda	44	8	8	3	52	6
Renda + Trabalho	412	80	244	86	656	82
Sem Renda	62	12	33	12	95	12
Totais	518	100	285	101	803	100

QUADRO II

A actividade profissional masculina e a posse de bens (situação em 1836)

Profissões/actividades	Renda suficiente		Renda + Trabalho		Sem renda		Totais	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Lavradores	29	81	7	19	0	0	36	100
Pastores	3	5	59	92	2	3	64	100
Trabalhadores	4	2	215	91	18	8	237	101
Marítimos	0	0	47	73	17	27	64	100
Oficiais mecânicos	1	2	48	87	6	11	55	100
Outros*	1	4	11	48	11	48	23	100
Sem actividade	6	12	38	73	8	15	52	100
Totais	44		425		62		531	

* Clérigos, advogados e escrivães

Aquelas famílias que podiam viver de rendas eram predominantemente as dos lavradores, a maior parte deles com filhos ou criados pastores, e as dos proprietários urbanos, alguns com títulos de nobreza, a quem não é referida actividade.

2.1.2. Comparação com 1883

Explorando o mapa da matriz predial datado de 1885, escalonámos os titulares residentes do sexo masculino em quatro níveis, dois níveis de proprietários e dois de trabalhadores. Começando pelos proprietários, distinguimos os grandes proprietários cujo rendimento colectável se superiorizava a 100\$000 réis, dos outros que tinham rendimento colectável acima dos 20\$000 réis, sem atingir aquela

quantia, podendo estes ser considerados como proprietários remediados que não necessitariam de complemento de trabalho para outrem para a sua sobrevivência. Entre os trabalhadores, distinguimos os que tinham rendimento colectável entre 1\$000 e 19\$999 réis, a grande massa de chefes de família, oscilando entre o remediado e o pobre, na sua maioria com casa própria e alguma propriedade mas que, para a subsistência do agregado, necessitariam de trabalho remunerado. Finalmente aqueles que tinham menos de 1\$000 réis de rendimento colectável, que poderiam possuir uma casa muito pequena, uma horta ou um terreno de mato e que poderemos considerar como pobres.

Se comparamos os escalões de 1836 com os correspondentes em 1883, isto é, os proprietários (subsistência a partir da renda das suas propriedades), os remediados (renda + trabalho) e os pobres (só trabalho), encontramos os mesmos 12% de titulares masculinos no escalão inferior, mas com alguma diferença no topo. Enquanto em 1836 viviam das suas rendas, segundo o pároco, 8% de famílias chefiadas por homens, em 1883 encontramos 5% de proprietários masculinos com 20\$000 réis ou mais de renda. No entanto, fazemos notar as dificuldades na comparação, dado que não estamos a considerar na segunda data os chefes de família que, por ausência total de propriedade, não figuram no mapa da matriz predial, e estamos a incluir alguns titulares solteiros ou viúvos que no rol não figuram como cabeças de família. Por outro lado, o patamar inicial da classificação de proprietário médio ou remediado para os indivíduos com mais de 20\$000 réis de renda pode ser restritivo, não sendo de afastar a hipótese de indivíduos a partir de 18\$000 réis de rendimento colectável deverem ainda ser considerados como pertencentes a essa categoria.⁴

Se usarmos o rol de confessados de 1883 que refere as diferentes categorias sócio-profissionais masculinas, e fizermos incidir a atenção sobre os chefes de família trabalhadores, poderemos aproximar-nos dos comportamentos diferenciais dos indivíduos ligados à terra, agricultores, ou ao mar, pescadores, e também dos artífices. Assim, nessa observação, foram excluídos os indivíduos considerados proprietários, isto é com rendimento colectável superior a 20\$000 réis, quer fossem marítimos, camponeses ou artífices, e os titulares da matriz predial que não apareciam no rol como chefes de família, e foram incluídos os trabalhadores que não figuravam como titulares no referido mapa.

4 O pároco no rol de 1883 classifica como proprietários alguns chefes de família com rendimento colectável inferior a 20\$000 réis, mas não em todos os casos.

Uma primeira nota diz respeito à evolução, de 1836 para 1883, da percentagem de trabalhadores dos três grupos escolhidos. Enquanto na primeira data 16% dos trabalhadores estavam ligados ao mar, na segunda data encontramos 23% de marítimos, um acréscimo que se fez à custa tanto dos agricultores que reduziram de 71% para 65%, como dos artífices, que reduziram de 13% para 11%.

Importa agora verificar até que ponto a alteração percentual nos diferentes grupos correspondeu a alterações na posse de bens.

Verificamos pelo Quadro III que, apesar do aumento relativo do número de marítimos, a percentagem dos mesmos que ocupam a posição de remediados para pobres, considerando como tal o grande grupo de chefes de família que tinham entre 1\$000 e 20\$000 réis, se mantém da primeira para a segunda data, enquanto parece haver um maior empobrecimento dos agricultores e dos oficiais mecânicos, embora a delicadeza desta observação nos aconselhe prudência nas conclusões.

Somos sim levados a concluir pela não existência de oscilações significativas no tecido social da freguesia nos cinquenta anos centrais do século XIX, um tecido social dominado por trabalhadores que teriam quase todos, como acontecia com a vizinha paróquia de S. João,⁵ uma

QUADRO III

Posição dos Trabalhadores em relação à propriedade fundiária %

	<i>Remediados para pobres</i>		<i>Pobres</i>		<i>Total</i>	
	<i>1835</i>	<i>1882</i>	<i>1835</i>	<i>1882</i>	<i>1835</i>	<i>1882</i>
Agricultores	93	88	7	12	100	100
Marítimos	73	73	27	27	100	100
Oficiais mecânicos	89	77	11	23	100	100

5 Num recente trabalho (2004), *As famílias de S. João nos finais do século XIX*, identificámos as famílias residentes na freguesia no dia 1 de Janeiro de 1883, apresentando o percurso de vida conhecido de cada um dos seus membros e também a sua relação com a propriedade fundiária. Foram levantadas sistematicamente as matrizes prediais no que respeita à propriedade urbana ou rústica, identificando-se o local de uma e de outra e, no caso da propriedade rústica, as dimensões, o tipo de cultura ou culturas, as produções e rendimentos respectivos. Desse estudo ressalta a observação interessante de que, mesmo famílias muito pobres, teriam uma pequena casa e uma pequena horta em seu nome.

casa para viver e um pequeno pedaço de terra para apoio alimentar. O aumento relativo do número de marítimos pode ter um significado não só sociológico, mas também biológico, que o desenvolvimento do nosso plano de trabalho pode trazer a lume.

2.2. Perfil demográfico da freguesia

As dificuldades referidas com os registos paroquiais das Lajes, particularmente o registo não sistemático de mortalidade infantil anterior a 1860, levou-nos a incidir a observação preferencialmente no ano de 1883, analisando o estado da população nesse ano através da pirâmide de idades e, a partir dela, inflectir para análises mais conseguidas nas duas comunidades enquadrantes, particularmente sobre as Ribeiras.

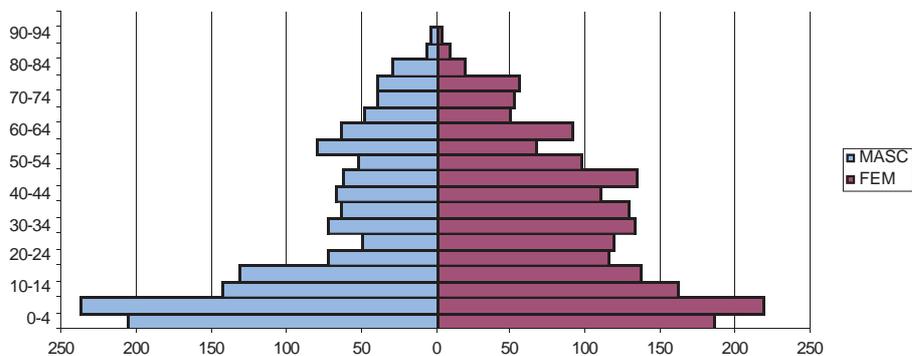
A pirâmide de idades que referimos a 1 de Janeiro de 1883 evidencia uma população claramente afectada por um mobilidade diferencial, com uma relação de masculinidade de 78 homens em 100 mulheres, sendo os grupos masculinos dos 20 aos 44 anos os mais atingidos. Note-se também que o grupo dos mais jovens, os menores de 5 anos, se retrai relativamente ao grupo de idades seguinte.

Observando a tabela correspondente, em distribuição percentual por grupos funcionais, evidencia-se as alterações profundas nas relações de masculinidade, particularmente entre os activos.

A maior frequência de nascimentos masculinos sobre femininos terá influído na relação de masculinidade, mais favorável ao sexo masculino nos dois primeiros grupos de idades, os menores de 10 anos. Logo no grupo de idades seguinte a relação de masculinidade apresenta-se mais favorável às mulheres a indiciar uma mobilidade de adolescentes do sexo masculino. Entre os adultos activos, particularmente no grupo de idades dos 25 aos 29 anos, a relação chega a quedar-se nos 42 homens em 100 mulheres, situando-se nos 63 em 100, para os indivíduos desse grupo de activos, dos 15 aos 64 anos. Entre os mais velhos a relação de masculinidade continua a beneficiar o sexo feminino, com excepção dos maiores de 80 anos, em que a situação se inverte.

A avaliar pela pirâmide, a sangria migratória deve ter-se desencadeado a partir dos finais da década de 1840, a afectar

PIRÂMIDE DE IDADES (1883)



QUADRO IV

Distribuição por sexos e grupos funcionais
1882

Grupos de idades	Sexo Masculino		Sexo feminino		Relações de masculinidade	
	nº	Grupos funcionais %	nº	Grupos funcionais %		Grupos Funcionais
0-4	205	40	186	30	110	103
5-9	237		219		108	
10-14	143		161		89	
15-19	131	49	137	60	96	63
20-24	72		115		63	
25-29	50		118		42	
30-34	72		132		55	
35-39	64		128		50	
40-44	66		110		60	
45-49	62		134		46	
50-54	53	96	55			
55-59	80	66	66	121		
60-64	64	91	91	70		
65-69	48	11	49	10	98	89
70-74	39		52		75	
75-79	39		55		71	
80 e mais	40		31		129	
Totais	1465		1880		78	

dominantemente as gerações masculinas que teriam menos de 55 anos em 1883. Essa situação foi aliás a encontrada nas freguesias enquadrantes de S. João e Ribeiras, para as quais dispomos de fontes sistemáticas de finais do século XVII aos finais do XX, fontes cujo cruzamento mostra fiabilidade. De facto, numa e noutra freguesia encontrámos ritmos evolutivos muito próximos que foi possível interpretar pela micro-análise dos comportamentos demográficos.

Acreditamos que o pequeno núcleo urbano das Lajes, a *vila* propriamente dita, não seria de molde a distorcer o comportamento corrente nesta zona do Sul do Pico. Se em S. João encontramos uma comunidade de agricultores e pastores, aparentada com os lugares da Silveira e Almagreira, na freguesia das Ribeiras o lugar de Santa Cruz era lugar de marítimos, como na Ribeira do Meio ou na Vila, os lugares de Arrife ou Santa Bárbara, aparentavam-se com as Terras, enquanto os lugares de Pontas Negras, Ribeira Seca ou Ribeira Grande tinham maiores afinidades com Silveira ou Almagreira.

Entendemos, por isso, que a caracterização demográfica feita para S. João e particularmente para as Ribeiras, dado o peso da comunidade de marítimos nesta última freguesia, poderá servir para nos aproximarmos do que teria sido o perfil demográfico das Lajes no decurso do século XIX.

Numa e numa comunidade, S. João ou Ribeiras, estudadas de forma aprofundada ao longo de três séculos, dos finais do século XVII aos finais do XX, detectamos uma evolução de baptizados em dois grandes períodos, um de crescimento, que se prolonga até meados da década de 1840, e outro de retracção do número de nascimentos, só esporadicamente rompida, como aconteceu nos anos setenta do século XIX ou nos anos trinta e quarenta do século XX. Os dados conhecidos sobre níveis de população evidenciam o crescimento acelerado na primeira metade do século XIX, particularmente após 1820, com a limitação das saídas para o Brasil. A nova abertura emigratória da década de 1840 condicionou a fase de declive iniciada na década seguinte, com oscilações posteriores decorrentes dos ritmos emigratórios.

No caso das Ribeiras, a comparação feita entre a evolução dos baptizados e óbitos mostrou saldos fisiológicos persistentemente positivos, com ausência de graves crises de mortalidade, com excepção do ano de 1873 em que se desencadeou uma grave epidemia de varíola, a afectar particularmente as crianças. De facto, na caracterização feita

para as Ribeiras, o mais saliente foi a suavidade da morte ao longo de toda a observação. A posição da ilha do Pico, excêntrica às rotas marítimas, preservou a ilha até épocas tardias, até à segunda metade do século XIX nas freguesias mais orientais, de epidemias devastadoras, como a varíola, reduzindo os níveis de mortalidade infantil, já atenuados por hábitos culturais de amamentação prolongada e protecção familiar das mulheres mães. No decurso do século XIX a mortalidade infantil nas Ribeiras oscilou entre 152 óbitos por mil, na década de 1810, e 93 por mil na década de 1890, o que, aliado a uma notável sobrevivência a todas as idades, lançou a esperança de vida à nascença para valores superiores a 50 anos. O inevitável crescimento da população pouco penalizada pela morte foi reduzido por restrições no acesso ao matrimónio e pela emigração. Celibato definitivo para as mulheres a enquadrar-se entre 16% e 18% e para os homens entre 7% e 11% e uma idade média ao primeiro casamento relativamente elevada, da ordem dos 28,4 anos para os homens e 26,3 para as mulheres (1770-1899) coarctavam as potencialidades reprodutivas, mas nem todos os grupos sociais tiveram o mesmo comportamento. As diferenças de idade ao casamento entre as filhas dos proprietários, dos trabalhadores e dos marítimos, teriam naturais reflexos na reprodução desses grupos. As filhas dos primeiros casavam em média, no período, aos 27,1 anos, as filhas dos segundos, aos 26,8 e as filhas dos marítimos, um ano mais cedo, aos 25,8. Sem sinais evidentes de controlo de natalidade antes dos finais do século XIX, a descendência dos casais das Ribeiras oscilou à volta dos 5 filhos por família, o que impeliu uma parte considerável da população para os destinos da emigração.

Usando as potencialidades da nossa metodologia de reconstituição de paróquias tem-se tornado possível uma aproximação ao fenómeno da Mobilidade, aproximação conseguida em *Evolução Demográfica em três paróquias do Sul do Pico* (1992) e depois em *Ribeiras do Pico (finais do século XVII a finais do séc. XIX). Microanálise da evolução demográfica* (2001), sendo acompanhados todos os percursos de vida na comunidade, estimando-se as saídas e localizando-as num período determinado do ciclo de vida de cada indivíduo.

Sendo a emigração no Pico um fenómeno estrutural ao longo dos três últimos séculos, objecto da nossa observação, verificámos que as gerações nascidas na transição do século XVIII para o XIX encontraram maiores dificuldades de saída, dificuldades que podemos atribuir à fase de independência do Brasil, então zona de acolhimento dos

emigrantes açorianos (a independência deu-se em 1820, altura em que essas gerações atingiam a idade de saída). Depois, as gerações nascidas nas décadas de 1820, 1830 e principalmente na década de 1840 vão atingir níveis muito altos de mobilidade. De facto, 72% dos indivíduos do sexo masculino sobreviventes aos 10 anos nas Ribeiras, nascidos na década de 1840, acabaram por falecer fora da sua terra. Entre as mulheres a percentagem correspondente colocou-se nos 47%.

A pirâmide de idades relativa a 1883 nas Lajes faz-nos pensar que o perfil demográfico da freguesia no decurso do século XIX não se distanciava do perfil das freguesias enquadrantes. Embora a maior deficiência dos registos paroquiais das Lajes nos dificulte as análises de fenómenos de observação mais complexa, como a Mortalidade e a Mobilidade, não nos interditam análises mais sectoriais.

2.3. Sucesso reprodutivo diferencial

Podemos de facto, em relação às Lajes, perseguir o nosso objectivo de analisar comportamentos diferenciais no que respeita à reprodução biológica, privilegiando dois indicadores, a idade média ao primeiro casamento e o sucesso reprodutivo até aos netos. Com este último objectivo, seleccionámos, como atrás foi referido, os casais fecundos que iniciaram a sua convivência conjugal entre 1810 e 1829. Poderemos, assim, beneficiar, em grande número de casos, da identificação das profissões feita no mapa do Estado da População de 1836, identificação só esporadicamente fornecida pelos registos paroquiais do período. Essas balizas cronológicas, permitem-nos, por outro lado, localizar no rol de 1883 a situação sócio-profissional da terceira geração em idade adulta. Para o mesmo grupo de casais calculámos a idade média ao primeiro casamento.

Como se verifica pelo quadro, o casamento mais tardio foi o dos proprietários, com 28,6 anos, seguido dos agricultores, com 27,2, depois dos pastores e dos artífices, a abeirar os 26 anos, e depois, distanciadamente, dos marítimos, a casar aos 24 anos. Nos extremos da escala, o resultado seria já esperado, tendo em conta que os marítimos, integrados desde tenra idade na faina do mar, necessitariam de recursos mínimos para constituírem uma família dentro das exigências sociais do grupo, enquanto os proprietários teriam de encontrar condições para, através de herança, de ligações

matrimoniais ou de emigração em idade jovem, tentarem conservar ou melhorar a sua condição de nascimento. O resultado mais surpreendente diz respeito à diferença entre o comportamento dos pastores e o dos agricultores, que, à partida, poderíamos supor com maiores afinidades. Se considerarmos depois o comportamento das respectivas mulheres, verificamos haver relativo paralelismo com o comportamento masculino, sendo as mulheres dos marítimos e dos pastores as que mais cedo casam, com menos de 24 anos, a distância das mulheres dos artífices, que casam aos 25, das dos agricultores que casam meio ano mais tarde e das dos proprietários que abeiram os 26 anos ao casamento. O peso dos agricultores como estrato básico desta sociedade faz com que a idade média ao casamento na comunidade no período seja de 26,7 para os homens e de 25,0 para as mulheres.

Verificamos depois que a descendência média desses casais se coloca, nos 5,6 filhos, enquanto o número médio de netos nascidos na comunidade duplica apenas o número de filhos.

Se considerarmos os diferentes grupos sócio-profissionais as diferenças são bastante nítidas. Continua a ser surpreendente a diferença de comportamento entre pastores e agricultores. De facto, parecem ser os pastores aqueles que demograficamente mais se afirmam no meio, seguidos, de longe, dos marítimos, depois dos artífices, dos proprietários e só depois dos agricultores.

Mesmo conscientes da fragilidade dos resultados em termos estatísticos, somos levados a reflectir, no caso dos pastores, não só sobre a importância dos lacticínios, leite, queijo e soro, no sustento quotidiano de uma família, mas também na possibilidade do desbravamento, no período, de novas extensões de mato, fixando a mão-de-obra familiar. Por outro lado, a obrigação de uma deslocação diária às pastagens, afastadas a algumas horas de marcha do povoado, a necessidade de roçar as pastagens cada ano, o que exige um grande esforço humano concentrado no verão, poderiam resultar numa maior resistência ao desafio do novo mundo.

Logo a seguir aos pastores, os marítimos evidenciam o maior sucesso reprodutivo na comunidade. Se partirmos da hipótese de uma reprodução familiar das actividades ligadas ao mar, teríamos já encontrado uma justificação para o aumento do número de marítimos entre 1835 e 1882.

Estranhamente também, encontramos um maior número de netos entre os proprietários do que entre os agricultores.

QUADRO V

*Sucesso reprodutivo bigeracional diferencial
(Famílias que iniciaram a sua procriação entre 1810 e 1829)*

Grupos sociais	Idade média ao 1º casamento		Nº médio de filhos	Nº médio de netos
	Homens	Mulheres		
Proprietários	28,6	25,9	6,0	10,6
Pastores	25,9	23,9	5,9	21,4
Agricultores	27,2	25,5	4,9	9,8
Marítimos	24,0	23,1	7,3	13,8
Artífices	25,8	25,0	7,0	13,4
População	26,7	25,0	5,6	11,9

Podemos supor que os agricultores seriam aqueles que estariam mais propensos à emigração para o novo mundo, mas o facto de os registos de passaportes não distinguirem pastores de agricultores tiramos alguma possibilidade de assentar nesse ponto uma reflexão. Podemos, sim, ajuizar se os indivíduos ligados à terra foram ou não mais cativados para a emigração do que os ligados ao mar.

Embora apenas se conheça a emigração legal a partir do ano de 1859, poderemos tirar, para períodos posteriores, algumas conclusões no que respeita a comportamentos diferenciais. Os registos de passaportes, como vimos, referem as profissões dos emigrantes, que, até ao início da década de 1870 têm destino dominante para o Brasil, derivando depois para os Estados Unidos da América.

Se reparamos na distribuição dos homens por categorias sócio-profissionais, constatamos que os agricultores representam 70% dos emigrantes, os marítimos 7%, os oficiais mecânicos, 5%, os proprietários, 8%, e os outros, em que se incluem estudantes, negociantes e indivíduos *sem agência*, ou sem profissão, grande parte deles com segundos ou terceiros passaportes para o mesmo destino, somavam 10%.

Incidindo agora a atenção apenas nos trabalhadores, se aceitarmos que 65% dos residentes seriam agricultores/pastores, 23% marítimos e 11% seriam artífices, valores que estimámos para 1883, podemos depreender que os primeiros emigravam em maior percentagem do que os outros. De facto, dos 442 emigrantes dessas três categorias, 85% eram agricultores, 9% marítimos e 7% de artífices.

Assim, uma quota-parte do maior sucesso reprodutivo dos marítimos encontra a sua explicação no menor pendor emigratório, embora a posição dos pastores continue intrigante.

QUADRO VI

*Emigração legal segundo o sexo e categoria sócio-profissional masculina
(1860-1899)*

Períodos quinzenais	Sexo masculino	Sexo feminino	total	Categoria sócio-profissional masculina				
				Agr.	Mar.	Art.	Pro.	Outros
1860-1864	47	20	67	34	2	1	2	8
1865-1869	76	35	111	52	5	2	4	13
1870-1874	119	50	169	82	10	6	10	11
1875-1879	70	30	100	53	4	7	2	4
1880-1884	87	62	149	62	9	7	7	2
1885-1889	37	75	112	22	1	1	8	5
1890-1894	62	76	138	45	3	3	3	8
1895-1899	16	49	65	8	2	1	4	1
1860-1899	514	397	911	358	36	28	40	52

Não deixa de ser interessante atentar em outros valores do Quadro VI. Um deles será a intensidade do fenómeno emigratório nesta comunidade, tanto mais que apenas estamos a observar a emigração legal. No espaço de 40 anos saíram com passaporte 911 indivíduos, uma média de 23 indivíduos por ano, quase todos em idade jovem, numa população que não atingia os 3400 habitantes. Na globalidade da observação, 38% desses emigrantes eram mulheres. No entanto, poderemos constatar através do quadro que o maior peso masculino se situa antes de 1885, invertendo-se a partir de então as posições. Nos últimos 15 anos do século, 63% dos emigrantes legais foram do sexo feminino. Os Estados Unidos constituiriam um destino mais favorável às mulheres?

2.4. Reprodução social

Para reflectir sobre a reprodução social ao longo de Oitocentos, assentámos no rol de 1883, relacionando as situações desse momento com as situações vividas pelos respectivos ascendentes identificados no Mapa do Estado da População de 1836.

Para esse efeito seleccionámos os dois grupos socialmente mais distanciados –os marítimos e os proprietários, avaliando até que ponto esses grupos se articulavam entre si e com os restantes grupos.

2.4.1. Os marítimos

Verificámos primeiro a incidência residencial dos marítimos na Vila propriamente dita, com 51% dos chefes de fogo com essa actividade, principalmente na Pesqueira, na Rua do Saco, na Rua Nova, na Rua da Conceição e na Rua da Amoreira. Depois da Vila era na Ribeira do Meio, na Rua de S. Sebastião e na Rua dos Castanhos onde encontramos a segunda maior concentração de marítimos, somando a Ribeira do Meio 36% dos chefes de fogo. As restantes 13% de casas de marítimos espalhavam-se pelos lugares de Silveira e Almagreira, não se encontrando nenhuma nas Terras.

A observação da reprodução e homogamia profissionais no caso dos marítimos mostra uma articulação frequente com o grupo dos trabalhadores e dos pastores, algumas vezes com o dos oficiais mecânicos, como se a opção profissional dependesse não tanto da inserção familiar mas de tendências pessoais ou da evolução do mercado de trabalho. No entanto, os marítimos que viviam nas zonas privilegiadas da faina da pesca da Ribeira do Meio ou da Vila transmitiam mais frequentemente aos filhos a sua profissão e casavam mais frequentemente com filhas de outros marítimos.

De facto, verificamos pelo quadro que apenas 49% dos marítimos cuja ascendência conhecemos e que residiam em 1883, eram filhos de outros marítimos. Outros 39% eram filhos de trabalhadores, sendo, os restantes, filhos de pastores, artífices ou outros, contando-se, entre os *outros*, quatro lavradores e dois indivíduos sem profissão referida.

Os marítimos procuravam esposas tanto entre as filhas de outros marítimos como entre as filhas dos trabalhadores, os mesmos 39% em cada um dos casos, dirigindo-se depois as preferências para as filhas dos pastores e dos artífices. Não encontramos nenhuma filha de lavrador a casar com um marítimo.

Como caso exemplar, acompanhemos uma família de marítimos de uma zona de dominância dos mesmos:

Em 1835 residia no fogo n° 661 da freguesia, na Rua do Poço, na Vila, Joaquim José Moniz Barreto, nascido em 27 de Maio de 1790. Era um dos nove filhos conhecidos de outro marítimo, José Moniz Barreto e de sua mulher, Maria do Carmo. Casara aos 25 anos com Maria Genoveva Quaresma, de 27, filha natural de Francisco Toledo Machado Valença, solteiro, proprietário, e de Francisca Maria, também solteira. Joaquim e Maria haviam baptizado oito filhos:

QUADRO VII

Situação sócio-profissional dos pais e sogros dos marítimos

	Marítimo		Pastor		Trabalhador		Artífice		Outros		Totais	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Marítimo	55	49	4	4	44	39	4	4	6	5	113	101
Mulher	42	38	12	11	43	39	11	10	2	2	110	100

1. Maria do Carmo, a filha mais velha, nascida em 8 de Novembro de 1817, casaria aos 25 anos com Manuel Zeferino Silveira, carpinteiro, um dos nove filhos de Zeferino José da Silveira, trabalhador, e de sua mulher Maria Francisca, um e outro filhos de mulheres solteiras, sem indicação de progenitor. Dos sete filhos conhecidos de Maria do Carmo e de seu marido, um morreu criança, outro aos 18 anos, três outros morreram solteiros, o mais novo dos quais aos 69 anos, desconhecendo-se o destino dos dois restantes.
2. Luísa Inácia, a segunda filha, nascida em 12 de Janeiro de 1820, foi mãe solteira nas vésperas de perfazer 31 anos, sem repetição de maternidade conhecida. Não chegou a casar na freguesia, mas desconhecemos a data do seu óbito.
 - 2.1. Sua filha, Umbelina da Conceição, faleceu solteira aos 37 anos.
3. Angélica Jacinta do Carmo, a filha que se seguiu, nascida em 25 de Agosto de 1821, casaria aos 22 anos com João Machado Alves, da mesma idade, um dos oito filhos de António Machado Alves, marítimo, e de sua mulher Maria Francisca de Jesus. Angélica do Carmo registaria três filhos, falecendo com 34 anos. O seu viúvo voltou a casar cinco anos depois e dele conhecemos dois registos de passaporte para os Estados Unidos, sendo identificado ao óbito como negociante.
 - 3.1. A filha mais velha, Maria, casou fora da freguesia e estava ausente em 1883.
 - 3.2. O filho que se seguiu, João Machado Alves, foi marítimo como os avós, casou aos 26 anos com Josefa Luísa do Coração de Jesus, de 24 anos, um dos dez filhos de José Pereira Machado, agricultor. A família ausentou-se após o nascimento do primeiro filho, Maria.
 - 3.3. Do filho mais novo, António, não sabemos o destino.

4. Joaquim Moniz Barreto, homónimo do pai, também marítimo, nascido em 4 de Fevereiro de 1823, casou nas vésperas de perfazer 32 anos com Jacinta Maria, de 21, um dos dois filhos de Manuel José Cardoso, trabalhador, e de sua mulher também chamada Jacinta Maria. Tiveram sete filhos.
 - 4.1. O filho mais velho, Manuel Moniz Barreto, marítimo, casou aos 22 anos com Maria dos Anjos, de 31, um dos cinco filhos de Francisco Bettencourt, outro marítimo. Viriam a ter três filhos, todos com descendência na freguesia.
 - 4.2. A filha que se seguiu, Maria do Rosário, casou aos 22 anos com Francisco Machado Soares, marítimo, do qual viria a ter nove filhos, três deles com descendência na freguesia.
 - 4.3. José Moniz Barreto, o terceiro filho, casou aos 26 anos com Laureana da Conceição, de 21, filha de um agricultor, que lhe daria apenas um filho. Viúvo, casaria com Maria da Conceição Valim, filha de outro agricultor, da qual teria mais seis filhos, quatro deles casados nas Lajes.
 - 4.4. O filho seguinte, João Moniz Barreto, casou aos 23 anos com Maria da Ressurreição, de 21, filha de outro marítimo, Manuel José Pimentel. Teriam três filhos, todos casados na freguesia.
 - 4.5. Joaquim Moniz Barreto, o quinto filho, casou aos 34 anos com Júlia da Conceição Leal, filha de outro marítimo. Não registaram filhos na freguesia.
 - 4.6. O sexto filho, António, faleceu aos 11 meses.
 - 4.7. Maria, a filha mais nova faleceu aos 14 anos.
5. Margarida Constança, nascida em 23 de Dezembro de 1824, casou fora da freguesia, mas em 1883 residia na mesma, casada e isolada.
6. De José, nascido em 11 de Setembro de 1827, não sabemos o destino.
7. Maria Madalena, nascida em 26 de Dezembro de 1829, casou aos 49 anos com Luís Jacinto Vieira da Fonseca, natural da cidade de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, tomando o nome de Maria Madalena Vieira da Fonseca. Faleceu viúva nas Lajes.
8. Maria da Glória, gémea da anterior, casou aos 33 anos com João Machado, viúvo, de 41 anos, do qual teve uma filha, com descendência na freguesia. O marido identificado como marítimo ao nascimento da filha, foi depois taberneiro, sendo referido como negociante na altura do seu falecimento.

Como se verifica, nesta família de marítimos, residentes numa zona privilegiada da vila para as lides do mar, a reprodução e a homogamia profissionais são mais frequentes do que na generalidade dos marítimos identificados.

2.4.2. Entre os dois grupos de proprietários, verificámos já uma grande clivagem. Os grandes proprietários, na sua maioria com títulos de nobreza, a residir na Rua Direita da Vila, distinguiam-se claramente dos lavradores ou pastores que se dissimilavam pela freguesia.

Dado o reduzido número de proprietários de um e outro grupo, não aconselhando tratamento estatístico, iremos exemplificar os respectivos comportamentos com dois casos exemplares.

2.4.2.1. O caso de um pequeno proprietário rural

José Vieira Cardoso, residente em 1836 no fogo nº 167 da freguesia, no lugar da Silveira, e apontado então como proprietário a viver das suas rendas, era um dos oito filhos conhecidos de Francisco Vieira Cardoso e de Antónia de Jesus. Não encontramos o seu registo de baptizado nas Lajes, mas ao óbito, em 24 de Fevereiro de 1880, foi-lhe indicada a idade de 80 anos. Casou em 26 de Outubro de 1828 com Antónia de Jesus, da qual também não conhecemos a data de nascimento, um dos cinco filhos conhecidos de António de Ávila Bettencourt e de Maria de Jesus.

O casal, José Vieira Cardoso e Antónia de Jesus, registou quatro filhos:

1. Maria de Jesus Bettencourt, a filha mais velha, nascida em 27 de Julho de 1829, casou aos 23 anos com Manuel Peixoto, filho de proprietários, da freguesia de S. João, freguesia onde passaria a residir.
2. De Manuel, nascido em 11 de Setembro de 1832, não temos informação posterior ao nascimento. Admitimos que tenha emigrado.
3. José Vieira Cardoso Jr., nascido em 25 de Outubro de 1834, casou aos 34 anos com Maria da Glória Bettencourt, de 21 anos, a filha mais velha dos seis filhos de Tomás de Brum Bettencourt e de Antónia de Jesus, proprietários, do mesmo

lugar da Silveira. Em 1885 o rendimento colectável que lhe foi apontado foi de 26\$756 réis, mantendo a sua posição de proprietário rural. José Vieira Cardoso e Maria da Glória viriam a ter oito filhos, mas apenas um deles teve descendência na freguesia. Quatro faleceram em criança, dois ausentaram-se e uma filha faleceu solteira aos 69 anos.

4. A filha mais nova, Catarina de Jesus, nascida em 24 de Agosto de 1838, casou aos 30 anos com Francisco de Brum Macedo, proprietário, de 49 anos. Em 1885 o rendimento colectável que lhe foi atribuído foi de 20\$484 réis. Tiveram sete filhos, todos sobreviventes à infância. Três deles ausentaram-se, uma filha faleceu solteira aos 84 anos, e os outros três deixaram descendência na freguesia.

Como se verifica, neste caso, entre 1836 e 1883, foi reproduzida a situação de desfrute de propriedade. As alianças matrimoniais adequadas, o celibato definitivo e a emigração foram estratégias seguidas. Verificamos que, também por penalização da morte, José Vieira Cardoso e Antónia de Jesus dos seus quinze netos nascidos na freguesia apenas quatro teriam acesso ao casamento.

No entanto, a reprodução do estatuto de proprietário nem sempre se tornaria possível em outros casos. A divisão igualitária da propriedade, praticada na zona, e a suavidade da morte actuavam no sentido do empobrecimento, tanto mais que o rendimento de uma terra fragosa e de pastagens distantes só adquiria viabilidade com a incorporação de importante esforço humano que a família nos seus diferentes ciclos teria ou não condições de satisfazer.

2.4.2.2. O caso de um grande proprietário urbano

O caso escolhido de grande proprietário foi o do morgado António Bettencourt Cardoso Machado, residente em 1836 na Rua Direita, rua em que se encontravam quase todos os grandes proprietários urbanos. Era filho do sargento-mor Manuel Cardoso Machado Bettencourt e de D. Coleta Mariana Felícia, esta natural da vila de S. Roque. Não conhecemos o seu registo de baptismo, mas sim o de duas irmãs, D. Jacinta e D. Ana, ambas casadas na freguesia.

1. António Bettencourt Cardoso Machado casou em 6 de Novembro de 1823 com D. Josefa Carlota Bettencourt, de 22 anos, um dos

dez filhos do capitão-mor das Lajes, Tomé Cardoso Machado, e de D. Inácia Joaquina Soares de Noronha e Bettencourt, esta natural da freguesia da Matriz, da Horta, na ilha do Faial.

Do casamento apenas conhecemos quatro filhos:

- 1.1. António, nascido em 20 de Setembro de 1824, faleceu criança.
- 1.2. Luísa, nascida em 10 de Agosto de 1825, também faleceu criança
- 1.3. Manuel, nascido em 5 de Setembro de 1834, tem destino desconhecido.
- 1.4. Francisco Xavier Bettencourt Cardoso Machado, nascido em 1838, casou aos 30 anos com Genoveva Inácia de Bettencourt, da mesma idade, filha de um proprietário remediado, José Maria Bettencourt, e de sua mulher, também chamada Genoveva Inácia de Bettencourt. Apenas conhecemos pelo óbito uma filha do casal.
 - 1.4.1. D. Maria da Glória, falecida aos 17 anos, que supomos nascida antes do casamento dos pais.

Em 1885 o rendimento colectável de Francisco Xavier Bettencourt Cardoso Machado era de 356\$185 réis.

António Bettencourt Cardoso Machado teria ainda outro filho de uma jovem solteira, Francisca Laureana de Bettencourt, nascida em 20 de Dezembro de 1812, filha de Francisco Machado de Macedo, trabalhador, e de Maria Josefa, que morreu ao nascimento do filho

- 1.5. Esse filho foi António Laureano Bettencourt Cardoso Machado, nascido em 26 de Julho de 1837. Repare-se que este filho natural foi identificado ao nascimento com os nomes dos pais e usou, como adulto, o nome completo do pai, intercalando o sobrenome da mãe, Laureana, no masculino.

António Laureano, como era conhecido, em 1885 tinha um rendimento colectável de 218\$536 réis que, embora inferior ao rendimento do seu meio irmão, o integrava claramente no grupo dos grandes proprietários.

Casado em 27 de Novembro de 1852, aos 15 anos, com D. Maria Quitéria Bettencourt, de 14 anos, natural de S. João, filha do capitão António Silveira de Évora e de D. Maria Quitéria do Amor Divino, baptizou seis filhos legítimos:

- 1.5.1. A filha mais velha, D. Maria Palmira Bettencourt e Castro, nascida em 3 de Dezembro de 1856, casou aos 21 anos com Manuel Joaquim Azevedo e Castro, filho de Amaro Adrião Azevedo e Castro, natural da freguesia da Piedade, e de D. Maria Aldina Carlota Bettencourt, esta filha de outro sargento-mor das Lajes, Francisco Xavier Silveira Bettencourt, e de D. Águeda da Encarnação de Jesus. Amaro Adrião de Azevedo e Castro, sogro de D. Maria Palmira residia em 1883, já viúvo, na Rua Direita e tinha um rendimento colectável de 175\$500 réis.
- 1.5.2. António Cardoso Bettencourt Cardoso Machado, nascido em 13 de Dezembro de 1860, faleceu solteiro aos 56 anos.
- 1.5.3. Manuel Cardoso Machado Bettencourt, nascido em 20 de Setembro de 1865, casou aos 42 anos com D. Maria da Glória Machado Soares Sousa Bettencourt, de 31 anos, filha de João Manuel Rodrigues de Sousa e de D. Maria da Glória Machado Soares Sousa. João Manuel Rodrigues de Sousa, com os pais já falecidos em 1885, tinha de rendimento colectável a quantia de 42\$982 réis. No entanto, a avó materna de D. Maria da Glória Machado Soares Sousa Bettencourt, D. Ana Jacinta Bettencourt, viúva de Manuel Machado Soares, tinha então o rendimento colectável de 269\$173 réis.
- 1.5.4. Lucinda, nascida em 17 de Setembro de 1869, faleceu com 17 anos.
- 1.5.5. Amélia, nascida em 18 de Janeiro de 1876, faleceu com 5 meses.
- 1.5.6. João, nascido em 9 de Setembro de 1878, faleceu com 17 anos.

António Laureano Bettencourt Cardoso Machado teve um filho natural de Doroteia Laureana Bettencourt, um dos doze filhos de José Maria Bettencourt, proprietário (48\$801 réis de rendimento colectável em 1885) e de sua mulher, Genoveva Inácia da Conceição Bettencourt, igualmente residentes na Rua Direita.

- 1.5.7. António Laureano Bettencourt Cardoso Machado Jr., nascido em 6 de Fevereiro de 1859, ainda antes

do nascimento do seu meio irmão, que tomaria o mesmo nome próprio, era professor em 1883, tendo então de rendimento colectável a quantia de 33\$530 réis. Casara aos 21 anos com D. Maria Emília Machado Soares, filha do capitão António Silveira Machado Soares, já falecido, e de D. Maria Emília Silveira Soares, residente em 1883 na Rua Direita, a quem foi atribuído o rendimento colectável de 139\$541 réis.

Repare-se que tanto António Bettencourt Cardoso Machado como António Laureano Bettencourt Cardoso Machado tiveram filhos ilegítimos na situação de casados a quem fizeram herdeiros de nome e de fortuna.

Sigamos agora o percurso na freguesia das irmãs de António Bettencourt Cardoso Machado, D. Jacinta e D. Ana.

2. D. Jacinta Isabel Felícia Teles havia nascido nas Lajes em 18 de Março de 1792, casando aos 15 anos com Estácio Machado Dutra Teles, natural da ilha do Faial, filho de Tomás Teles Dutra Machado e de D. Luísa Teles de Noronha. O casal registou nas Lajes três filhos, ausentando-se posteriormente.
3. D. Ana Jacinta Bettencourt Soares, referida anteriormente como avó de D. Maria da Glória Machado Soares Sousa Bettencourt, nascida em 8 de Fevereiro de 1800, casou aos 17 anos com o capitão Manuel Machado Soares, natural das Lajes, filho do referido capitão-mor Tomé Cardoso Machado e de D. Inácia Joaquina Soares. Ainda residente em 1883 foi-lhe, como vimos, atribuído um rendimento colectável de grande proprietário.

O casal baptizou nas Lajes dez filhos:

- 3.1. D. Ana Carlota Soares Bettencourt, a filha mais velha, nascida em 9 de Junho de 1819, casou aos 29 anos com um homem de fora, Amaro Cristiano Paulino Azevedo e Castro, filho do capitão Vicente Paulino Furtado e de D. Maria Laureana, e ausentou-se da freguesia.
- 3.2. D. Maria Laureana Soares, nascida em 2 de Janeiro de 1821, casou aos 22 anos com João José Simas Vila-Lobos, filho de José Silveira Vila-Lobos e de Josefa Teresa, da vila de S. Roque, ausentando-se das Lajes.

- 3.3. Manuel, nascido em 30 de Abril de 1824 tem destino desconhecido.
- 3.4. Tomé Cardoso Machado Soares, cavaleiro da ordem de N. Sra. da Conceição, de Vila Viçosa, casou com D. Luísa Júlia Bettencourt, filha de Estolano Inácio Bettencourt e de Francisca Úrsula de Bettencourt, da freguesia de Castelo Branco, da ilha do Faial. Registaram nas Lajes quatro filhos, nenhum deles com descendência.
- 3.5. António Silveira Machado Soares, nascido em 25 de Julho de 1830, teve dois filhos de Laureana do Espírito Santo, nascida em 28 de Outubro de 1836, filha póstuma de Manuel Quaresma e de sua mulher Maria do Espírito Santo. Casaram depois, aos 42 e 35 anos, respectivamente, reconhecendo os filhos, Manuel e António. Dentro do casamento viriam a ter ainda mais dois filhos. É apontado em 1885 a António Silveira Machado Soares o rendimento colectável de 72\$056 réis.
- 3.6. D. Inácia, nascida em 26 de Janeiro de 1833, deve ter falecido em criança, dado o baptismo posterior de uma irmã com o mesmo nome, mas não há registo do seu óbito nas Lajes.
- 3.7. D. Luísa Amélia Soares Bettencourt, nascida em 8 de Outubro de 1834, casou aos 22 anos com Joaquim António Linhares, natural de Castelo Branco, ilha do Faial, filho de António Silveira Linhares e de D. Maria Teolinda Silveira. Ausentaram-se das Lajes.
- 3.8. D. Jacinta, nascida em 20 de Agosto de 1837, faleceu logo.
- 3.9. D. Inácia, segunda de nome, nascida em 22 de Janeiro de 1839, faleceu com 8 anos.
- 3.10. D. Maria da Glória Machado Soares, a filha mais nova, nascida em 12 de Setembro de 1843, casou aos 23 anos com João Manuel Rodrigues, de 27 anos, proprietário, filho de João Manuel Rodrigues de Sousa, natural de Melgaço, e de D. Maria da Piedade, esta natural das Lajes. Registaram cinco filhos, mas apenas uma filha casou nas Lajes. O rendimento colectável de João Manuel Rodrigues em 1885 era de 42\$982 réis.

Como se depreende do exemplo apresentado, a homogamia social foi sistematicamente perseguida no grupo dos grandes proprietários lajenses, com alargamento frequente do mercado matrimonial para

além da própria ilha. As ligações conhecidas fora do casamento deram-se preferentemente com filhas de pequenos proprietários, sendo reconhecidos os filhos.

REFLEXÕES FINAIS

Numa zona de terrenos pobres e de mortalidade particularmente suave, em que, apesar das restrições no campo da nupcialidade, a emigração assumia o principal papel de válvula de escape à pressão demográfica, a análise diferencial oitocentista mostra uma relativa heterogeneidade de comportamentos, capaz de, em duas gerações, provocar alguma distorção nos equilíbrios de partida.

Mais arredados da posse de bens, os marítimos casaram mais cedo, casaram mais frequentemente os seus filhos no próprio grupo e fixaram mais na comunidade os seus netos, afirmando-se demograficamente ao longo do século XIX.

Sem considerar o caso particular dos pastores cuja reprodução social temos dificuldade em acompanhar, os trabalhadores rurais, que constituíam a grande massa da população, foram aqueles que mais contributo deram à emigração e só por um retorno bem sucedido teriam eventual possibilidade de afirmação social.

Os pequenos proprietários desenvolveram estratégias para uma reprodução social no mesmo nível, pelos casamentos tardios no mesmo grupo, pelo celibato e pela emigração, mas nem sempre com sucesso. O equilíbrio social num sistema de herança igualitária tornava-se precário se alguma dessas estratégias preventivas não se aplicasse ou deixasse de ser eficaz.

Os grandes proprietários urbanos, uma minoria dentro da minoria dos proprietários, casavam entre si ou procuravam no exterior as alianças que lhes faltavam no meio. As pouco frequentes alianças matrimoniais com os pequenos proprietários locais resultavam em grande medida da existência de filhos nascidos fora do casamento.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- AMORIM, Maria Norberta (1995), *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- AMORIM, Maria Norberta (2001), *Ribeiras do Pico (Finais do século XVII a finais do XX). Microanálise da evolução demográfica*, Cadernos NEPS, Guimarães.
- AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto (1999), *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Universidade do Minho, Monografias do NEPS, n.º5.
- AMORIM; Maria Norberta (1993), «Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três Séculos. O caso do Sul do Pico», *Boletim ADEH*, XI, n.º2.
- AMORIM, Maria Norberta (2004), *As famílias de S. João nos finais do século XIX*, Câmara Municipal das Lajes do Pico – NEPS.
- BRUNET, G. e BIDEAU, A. (2000), «Demographie historique et genealogie», *Annales Démographie Historique*, n.º2.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984), «Demografia Histórica e História Social», in Maria Luiza Marcílio (Org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- LIVI-BACCI, Massimo (1987), *Ensayo sobre la historia demográfica europea*, Barcelona, Ariel.
- MADEIRA, Artur António Boavida (1997), *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- PÉREZ GARCIA, José Manuel (2002), «Siete generaciones de gallegos (1650-1850): las claves de la reproducción social y demográfica en las Rías Bajas» (Samiera), in José M. Pérez García e Maria López Díaz (Editores), *Cuadernos Feijonianos de Historia Moderna II*, Santiago de Compostela.